

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

<b>Forma da iniciativa:</b>	<b>Projeto de Lei</b>
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	<a href="#">418-XIV-1.<sup>a</sup></a>
<b>Proponente/s:</b>	Quatro Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
<b>Título:</b>	Estabelece a concessão de medidas de apoio especiais às micro, pequenas e médias empresas no contexto da epidemia por SARS-Cov-2
<b>A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?</b>	SIM Não obstante, as iniciativas apresentadas no âmbito do combate à pandemia causada pela doença Covid-19 em que esta questão se coloca têm sido admitidas. Aliás, refira-se que a admissibilidade de iniciativas em possível desconformidade com a «lei-travão» foi assunto recentemente discutido em Conferência de Líderes, tendo ficado estabelecido que a avaliação sobre o respeito pelos limites orçamentais não impede a admissão e discussão das iniciativas, uma vez que tais questões poderão ser ultrapassadas até à aprovação das iniciativas, em votação final global. <sup>[1]</sup>
<b>O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?</b>	SIM
<b>Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?</b>	Não parece justificar-se

<sup>[1]</sup> V. a Súmula da Conferência de Líderes n.º 16, de 1 de abril de 2020.

<b>A iniciativa encontra-se agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?</b>	Foi solicitado pelo seu autor o arrastamento com o P JL 349-XIV-1. <sup>a</sup> (PCP) para a Reunião Plenária do dia 4 de junho.
<b>Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:</b>	<b>Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (6.<sup>a</sup>)</b>
<b>Conclusão:</b> A apresentação desta iniciativa <b>parece cumprir</b> os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 1 de junho de 2020

A assessora parlamentar, Isabel Pereira